



O Chile resiste



M.J. Arce

Em giro de 180 graus, o presidente Sebastián Piñera disse estar disposto a modificar a Constituição, herdada da ditadura do general Augusto Pinochet que conduziu às profundas desigualdades reinantes no Chile.

Após 24 dias de protestos pacíficos – que foram brutalmente reprimidos pela polícia – a maioria das pesquisas de opinião coincide em que o apoio popular ao movimento conhecido nas redes sociais como Chile Acordou supera 75 por cento e outros 75 por cento estão pedindo uma nova Constituição.

O que tinha começado como um protesto contra a subida da passagem do metrô em Santiago, a capital, abriu a caixa de Pandora e emergiram todas as insatisfações dos chilenos com o modelo econômico aberto totalmente ao mercado e a grande desigualdade na distribuição da riqueza e o acesso às oportunidades.

O reclamo de uma nova Constituição e a demissão do presidente foi o centro dos mais de 20 dias de manifestações no Chile. Esta semana começou com greve geral do setor educacional e inúmeras pessoas protestando em frente a La Moneda, a sede do governo.

Na terça-feira, o movimento paredista se estendeu aos portos, minas, construção, indústria, comércio, serviços financeiros, saúde e agricultura.



A exagerada repressão, que recordou aqueles dias de ditadura militar, não conseguiu intimidar os chilenos que permanecem nas ruas reclamando seus direitos.

Acuado pela crise política e social, o governo decidiu começar um processo para uma nova Constituição através de um “Congreso Constituyente”. O que não ficou claro qual e como será a participação dos cidadãos desse tal congresso, porquanto até agora só se estabeleceram contatos com partidos políticos da direita.

O anúncio foi bem recebido por alguns, porém a maioria das pessoas desconfia da proposta governamental, acham que o governo certamente buscará congressistas para debater a nova Constituição.

Muitos recordam que logo depois de ter assumido a presidência, em março de 2018, Piñera anunciou que não permitiria a aprovação do projeto de lei que sua antecessora, a socialista Michelle Bachelet, tinha enviado ao Congresso para modificar a Constituição.

O projeto consagrava a inviolabilidade dos direitos humanos, o direito à saúde e à educação e a igualdade salarial entre homens e mulheres.

O governo de Piñera perdeu o controle da situação, chegou ao ponto de admitir a repressão praticada contra os protestos, embora tenha silenciado a existência de graves e reiteradas violações dos direitos humanos durante os acontecimentos.

As informações revelam que houve mais de 20 mortos e 2500 feridos, e muitas lesões oculares graves provocadas por balas de borracha.

Mesmo assim, os chilenos resistem decididos e reclamam uma mudança profunda no país, com maiores e melhores oportunidades para todos os cidadãos e não para um punhado.

<http://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/207530-o-chile-resiste>